

Alerta: ameaça de retrocesso

A onda conservadora no país foi assunto dos debates do Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN, em Porto Alegre. **Página 10**



Elisa Monteiro - 31/03/2015

Denúncia

Abuso de seguranças no BB **Página 8**



Filipe Galvão - 02/04/2015

www.adufrj.org.br

AduFRJ

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL



Andes-SN • Ano XIV nº 882 • 6 de abril de 2015 • Central Sindical e Popular - Conlutas

PAINEL ADUFRJ

Ditadura pôs abaixo prédio da Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ. **Página 11**



Internet

TERCEIRIZADOS

Qualitécnica não cumpre acordo

Trabalhadores da empresa não receberam reposição dos dias descontados indevidamente, como havia sido acertado na reunião no Conselho Universitário. **Página 9**



Terezinha da Costa critica a empresa

SUPEREST

Problemas continuam no órgão

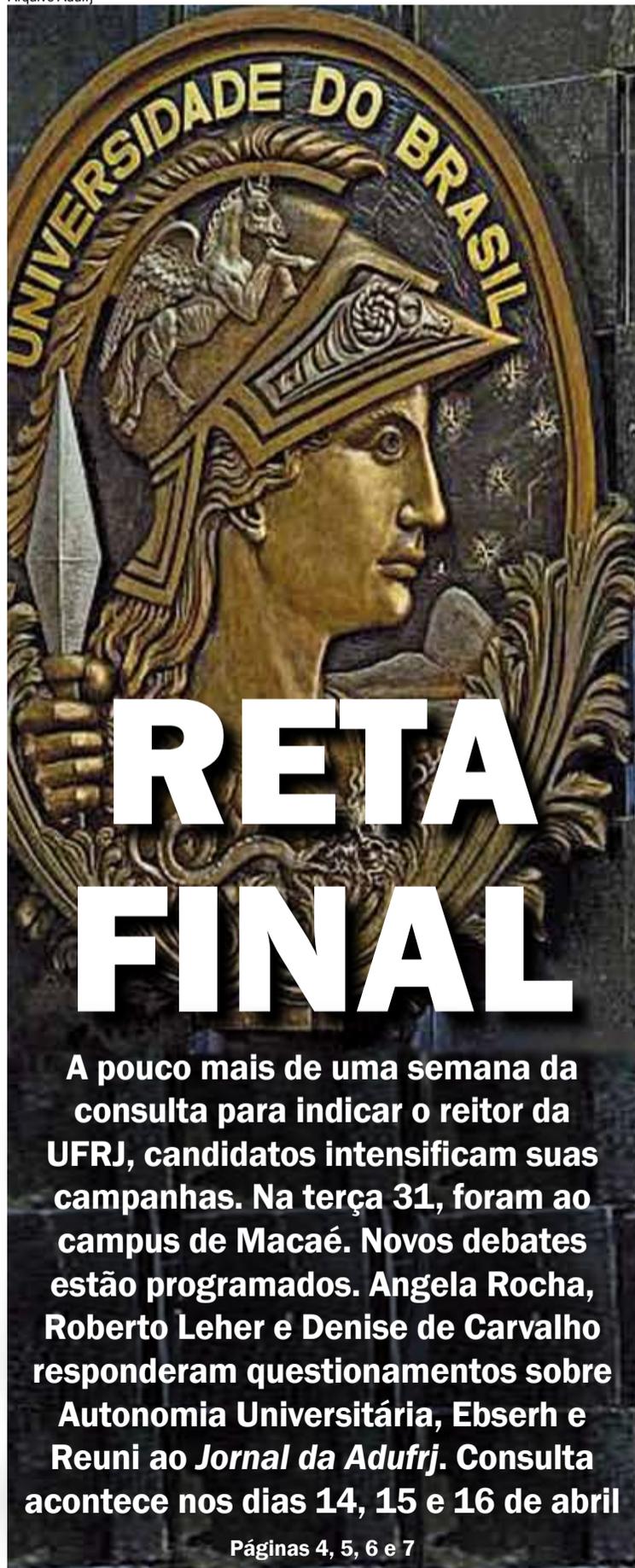
Promessas de que a Superintendência de Políticas Estudantis iria ganhar pessoal e infraestrutura não foi cumprida. Setor continua instalado numa sala apertada. **Página 9**

SINDICALISMO

Adufrj-SSind discute preparação para o Congresso da CSP-Conlutas

Página 2

Arquivo Adufrj



RETA FINAL

A pouco mais de uma semana da consulta para indicar o reitor da UFRJ, candidatos intensificam suas campanhas. Na terça 31, foram ao campus de Macaé. Novos debates estão programados. Angela Rocha, Roberto Leher e Denise de Carvalho responderam questionamentos sobre Autonomia Universitária, Ebserh e Reuni ao *Jornal da Adufrj*. Consulta acontece nos dias 14, 15 e 16 de abril

Páginas 4, 5, 6 e 7

JORNADA NACIONAL DE LUTAS

Governo ameaça com arrocho salarial... e servidores respondem com jornada de lutas

Os servidores federais iniciam esta semana a Jornada Nacional de Lutas. A mobilização – que inclui manifestações em Brasília – é uma resposta ao governo que anunciou a intenção de reduzir ainda mais a folha de pagamento do funcionalismo. **Página 3**

Atividades na UFRJ

Debate: “**Nem 26%, nem 27% - salário e carreira da Pátria Educadora**” Dia 8 de abril (quarta-feira), às 14h
Local: Auditório E1 da Faculdade de Letras
Debatedores: Ana Luisa Palmisciano (advogada da Adufrj-SSind), **Cláudio Ribeiro** (presidente da Adufrj-SSind) e **Luciana Boiteux** (1ª vice-presidente da Adufrj-SSind)

Debate: “**O futuro terceirizado: Funpres**”
Dia 9 de abril (quinta-feira)
Local: Tenda no campus da Praia Vermelha, às 16h
Debatedores: Sara Granemann e Cleusa Santos (professoras da Escola de Serviço Social)

SEGUNDA PÁGINA

Adufrj-SSind discute contribuições ao Conad

7º Conselho do Andes-SN, nos dias 2 e 3 de maio, em Brasília (DF), organiza a participação do Sindicato Nacional no II Congresso da CSP-Conlutas, em junho, em Sumaré (SP)

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O Conselho de Representantes da Adufrj-SSind reuniu-se na tarde de 2 de abril para discutir e elaborar a contribuição da Seção Sindical para o 7º Conad Extraordinário, que acontece em Brasília, nos dias 2 e 3 de maio. Esta foi uma deliberação da Assembleia Geral ocorrida em 27 de março.

Durante a reunião, foi reforçada a importância do debate democrático que construirá as proposições do Andes-SN a serem levadas para o II Congresso da CSP-Conlutas. O Sindicato Nacional é uma das principais entidades nacionais que compõem a Central Sindical e Popular. O congresso será realizado de 4 a 7 de junho na cidade de Sumaré (SP).



CSP - Conlutas - abril/2012

Em abril de 2012, Sumaré (SP) também foi palco do 1º Congresso da CSP-Conlutas

Histórico

O evento que deu origem à CSP-Conlutas foi o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), realizado em junho de 2010. Na oca-

sião, decidiu-se formar uma central classista que reunisse, além de sindicatos, movimentos populares..

A Central nasceu, ainda, agregando as organizações da juven-

tude e de luta contra a opressão que se unificaram em defesa dos interesses da classe trabalhadora, contra a exploração e a opressão capitalistas.

Desconto irregular para Bradesco

Alguns docentes procuraram o plantão jurídico da Adufrj-SSind para reclamar de descontos irregulares, na remuneração, a título de “Bradesco – Seguro de Vida”. Para obter o ressarcimento destes valores, foram feitos requerimentos individuais à reitoria. Porém, ao perceber novos casos, a diretoria da Seção Sindical resolveu apresentar um pedido coletivo à Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) da UFRJ.

No documento, protocolado em 24 de março, a Adufrj-SSind requer a suspensão de todas as consignações irregulares feitas nos salários docentes, a título de “Bradesco – Seguro de Vida”. Também cobra o ressarcimento dos valores e solicita que a PR-4 instaure uma sindicância para apuração dos fatos.

Revisão dos 26,05%

Durante a Assembleia Geral do último dia 27, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind prestou esclarecimentos sobre a ação dos 26,05%. E reafirmou que fará defesas individuais de todos os docentes filiados notificados — a sindicalização, vale lembrar, pode ser feita a qualquer momento — para a revisão do cálculo do percentual, promovida pela Pró-reitoria de Pessoal (PR-4).

Neste sentido, a assessoria reafirma que todos deixem, na sede da Seção Sindical, uma cópia de toda a documentação recebida após a intimação movida pela PR-4 (o prazo para defesa só começa a correr a partir da ciência formal do servidor em relação ao processo administrativo).

De acordo com a PR-4, cerca de 18 mil servidores, entre professores e técnicos, são beneficiários da ação dos 26,05%. A administração-central confirmou que ainda não houve notificações dos interessados. O processo acontecerá da mesma forma para ativos e para aposentados.

No próximo dia 8 de abril, diretores e a advogada da Adufrj-SSind vão discutir, na Letras, este processo de revisão da ação dos 26,05%, entre outros assuntos (veja chamada na capa desta edição).

Horácio Macedo

Horácio Macedo, ex-reitor da UFRJ (gestão 1985-1989), recebeu homenagem póstuma na 27ª edição da Medalha Chico Mendes de Resistência. O GTNM/RJ criou a premiação em 1989 para reverenciar pessoas e entidades que se destacaram ou têm se destacado nas lutas contra o autoritarismo. A cerimônia aconteceu no dia 31 de março, na OAB/RJ.

UFRJ

Nova edição da Revista Praia Vermelha

“Marxismo no século XXI” é o tema da última edição da Revista Praia Vermelha, publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Um debate que reuniu os professores

Mauro Iasi e Luiz Edmundo Motta, dois dos articulistas selecionados para escrever sobre o tema, no auditório da ESS na noite de terça-feira, 31 de março, marcou o lançamento da edição. A entrevista com Michael Lowy é um dos destaques.



Marco Fernandes - 31/03/2015

Rogério Lustosa (à esq.), Mauro Iasi e Luiz Edmundo Motta compuseram a mesa do debate



Capa do último número

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henriques Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.000 E-mails: adufrj@adufrj.org.br secretaria@adufrj.org.br Redação: comunica@adufrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

FUNCIONALISMO FEDERAL

Não ao corte de direitos

Ministro do Planejamento declarou que objetivo é diminuir (mais) o peso da folha de pagamento do funcionalismo em relação ao PIB. Em resposta, servidores públicos organizam Jornada de Lutas de 7 a 9 de abril

Atividades na UFRJ vão discutir salário, carreira e previdência

Servidores federais realizam de 7 a 9 de abril a Jornada Nacional de Lutas, com caravana a Brasília e manifestações na Esplanada dos Ministérios. Nos estados, a mobilização será marcada com atos e paralisações unificadas. Na UFRJ, as atividades organizadas pela Adufrj-SSind estão marcadas para o dia 8 (quarta-feira), na Faculdade de Letras (auditório E1), de 14h às 17h, e dia 9 (quinta-feira), em tenda no campus da Praia Vermelha, às 16h — confira chamadas na capa desta edição.

O Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, composto por 32 entidades, protocolou uma carta solicitando audiência com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, para o dia 8. No documento, o Fórum rejeita a agenda apresentada pelo ministro em reunião de 20 de março: naquela ocasião, Barbosa apontou que o objetivo do governo é reduzir, ainda mais, o peso da folha de pagamento dos SPF em relação ao PIB (em 2002, último ano do governo do neoliberal Fernando Henrique Cardoso, a folha representava 4,8% do PIB; já em 2012, caiu para 4,2%, com pequena elevação no ano passado — 4,3%, devido à desaceleração do crescimento econômico).

Barbosa condicionou a possibilidade de negociação à recuperação do PIB e não reconheceu a perda salarial apresentada pelos servidores. Detalhe: os economistas do mercado financeiro previram que a economia brasileira (leia-se PIB) terá uma retração de 1% neste ano. Se confirmado, será o pior resultado desde 1990 — quando foi registrada uma queda de 4,35%. Ou seja, o governo quer reduzir o percentual de participação dos salários dos SPF com base em um montante ainda menor.

Marcelo Camargo/Agência Brasil - 17/03/2015



Nelson Barbosa (MPOG). Arrocho salarial

Samuel Tosta - 10/08/2014



Paulo Rizzo (Andes-SN). Contra os cortes

Reação do Andes-SN

Para o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, durante a reunião, o ministro apresentou o problema das contas do governo: “No entanto, a fórmula que eles apresentam é o ajuste fiscal, com retirada de direito dos trabalhadores e redução da folha de pagamento do funcionalismo, o que pode representar a terceirização de várias funções no serviço público”, alerta Rizzo.

Segundo ele, o governo não coloca na pauta medidas como a taxação das grandes riquezas e a auditoria da dívida pública. “O governo fala em aumentar a arrecadação, mas só quer fazer isso à custa dos trabalhadores. No entanto, não mexe na grande sanguessuga do orçamento

da União, que é a dívida pública. Ao contrário, promove o ajuste fiscal para continuar pagando os juros e amortização dessa dívida, quando deveria propor a sua auditoria”, complementa.

Calendário

Na reunião com as entidades sindicais, o Planejamento apresentou uma proposta de calendário para início das reuniões em maio, com prazo de negociação até julho, já que o envio da proposta de Orçamento de 2016 ao Congresso deve ser feito até 31 de agosto, o que foi rebatido pelo Fórum dos SPF. O ministro do Planejamento disse ainda que as reuniões serão encaminhadas pelo Secretário de Relações do Trabalho, Sergio Mendonça, o qual afirmou que três

meses é um tempo razoável para se chegar a um termo de acordo. “Nós cobramos que seja antecipado o processo de negociação, uma vez que nossa pauta já foi protocolada e não temos que esperar até maio”, completou o presidente do Andes-SN.

Rizzo destacou a importância da Jornada de Lutas em Brasília no início de abril (7 a 9) para pressionar o governo a iniciar o processo de negociação. “Precisamos intensificar a luta para revertermos os ataques aos trabalhadores. Será necessária ampla mobilização dos servidores para pressionar o governo a abrir negociações e avançar na garantia dos direitos sociais e de serviços públicos de qualidade”, ressaltou. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Agenda de Mobilização:

De 7 a 9 de abril

Jornada Nacional de Lutas dos SPF, em Brasília e nos estados;

Dia 8 de abril

Audiência do Andes-SN com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

8 de abril

Na UFRJ, debate Debate “Nem 26%, nem 27% - salário e carreira da Pátria Educadora”, 14h, na Faculdade de Letras (auditório E1) - veja chamada da capa

9 de abril

Na UFRJ, debate “O futuro terceirizado: Funpresp”, em tenda no campus da PV, às 16h - veja chamada da capa

De 15 a 24 de abril

Rodada de Assembleias Gerais, pautando a greve nacional dos docentes das IFE, com indicação do período e da articulação com a construção da greve unificada dos SPF;

Até 24 de abril

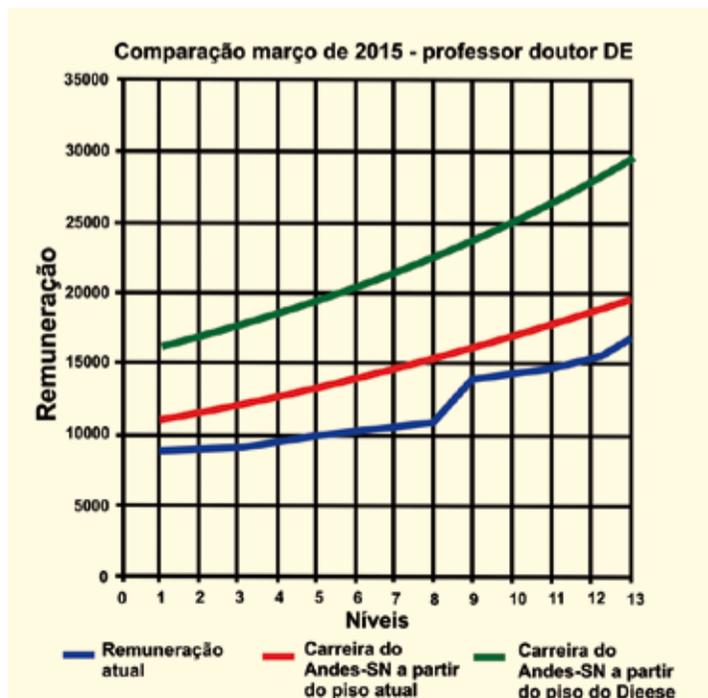
que as Seções Sindicais que tenham concluído o processo de atualização das pautas locais, enviem o documento para a secretaria do Andes-SN;

Dias 25 e 26 de abril

Reunião do Setor das Federais, em Brasília, pautando a greve nacional dos docentes das IFE.

Salários docentes corroídos

Conforme já anunciado pelo encarte do **Jornal da Adufrj** de março, a última parcela do “aumento” imposto pelo governo aos professores universitários federais (lei nº 12.772/12) foi totalmente corroída (no caso da grande maioria da categoria, mestres e doutores no regime de Dedicção Exclusiva) pela inflação dos últimos doze meses. Daqui em diante, não há nenhum dispositivo firmado em lei para garantir novos reajustes. Como não existe data-base para a categoria negociar e a economia mostra suas fraquezas, já se tem uma ideia das dificuldades que os docentes vão enfrentar, se não mostrarem poder de mobilização. Mas, como se sabe, esse é apenas um dos problemas da atual carreira: os referenciais remuneratórios aparecem em tabelas de valores nominais, sem piso, sem relação, nem lógica de evolução entre classes e níveis e entre regimes de trabalho e titulações. Como demonstra a tabela ao lado. (Fonte: Informandes especial de março. Edição: Adufrj-SSind)



SUCESSÃO NA UFRJ

Macaé vira o tema principal

No terceiro debate oficial da campanha eleitoral para a reitoria da UFRJ, realizado em 31 de março, candidatos apresentam suas propostas para a comunidade do campus daquele município, no Norte Fluminense

Auditório Cláudio Ulpiano ficou lotado

Silvana Sá

Enviada especial a Macaé (RJ)

Durante o terceiro debate da campanha eleitoral para a reitoria da UFRJ, no campus Macaé, pesaram bastante as questões locais daquele espaço universitário relativamente novo (embora suas origens venham da década de 1980, somente foi institucionalizado em 2011).

O auditório Cláudio Ulpiano ficou lotado para ouvir as propostas das três chapas concorrentes, em 31 de março. E, como nos debates anteriores, após as apresentações iniciais, os candidatos responderam a perguntas entre si e, depois, do público, composto por estudantes, técnicos-administrativos e professores.

Democracia interna

Roberto Leher (Chapa 20 – UFRJ Autônoma, Crítica e Democrática), o primeiro a se pronunciar de acordo com o sorteio realizado, foi bastante enfático na defesa de uma universidade mais democrática e crítica: “A pergunta orientadora do nosso programa é: qual a função social da universidade pública? Existir um espaço público de desenvolvimento do pensamento crítico é fundamental para a sociedade. Isto é o que nos possibilita lutar pela autonomia didático-científica e orçamentária, garantida na Constituição”.

Ele falou da importância estratégica do campus de Macaé para o desenvolvimento local e da responsabilidade da UFRJ em aprimorá-lo. “É preciso fazer uma readequação do Plano Diretor para que se faça nele uma projeção da infraestrutura necessária para o campus. Temos que imediata-



Marco Fernandes - 26/03/2015

“Eu defendo a continuidade de um projeto que há 12 anos se desenvolve na UFRJ e que se contrapõe a um projeto elitista”.

Angela Rocha

mente fazer essa atualização”.

Outro ponto bastante defendido pelo professor foi a necessidade de Macaé ter representação no Conselho Universitário, tanto de sua direção, quanto de seu corpo de professores, técnico-administrativos e estudantes: “O Consuni não representa a universidade como ela é. Precisamos alterar essa estrutura. Macaé precisa fazer parte do centro de decisões da UFRJ. Mas não somente. Temos cinquenta mil estudantes representados por apenas cinco assentos no Conselho Universitário. Para alterar essas questões, é preciso realizar uma reforma no Estatuto. Precisamos nos pensar de maneira crítica, em um congresso universitário que encaminhe uma Estatuinte. O que propomos é um governo compartilhado entre os três segmentos que constroem esta universidade”.



Silvana Sá - 10/02/2014

“Precisamos nos pensar de maneira crítica, em um congresso universitário que encaminhe uma Estatuinte”.

Roberto Leher

Continuidade

Angela Rocha (Chapa 10 – Juntos pela UFRJ: Unidade na Diversidade) destacou que conhece de longa data o campus Macaé e que esteve presente nos principais momentos vivenciados pela comunidade, inclusive nas crises. “A decisão da UFRJ de se interiorizar foi propositiva e não dependeu de uma decisão do governo federal. Foi anterior ao Reuni”. Ela comemorou as recentes avaliações do MEC e Enade que garantiram notas 4 e 5 a todos os cursos oferecidos pelo campus, mas reconheceu que muito ainda precisa ser feito: “Eu sei do que a gente precisa”.

Ela apresentou um discurso de continuidade da atual gestão: “Eu defendo a continuidade de um projeto que há 12 anos se desenvolve na UFRJ e que se contrapõe a um projeto elitista”. A assistência estudantil tam-



Silvana Sá - 12/06/2014

“Trabalhamos para ter a mesma universidade que tivemos no passado. A UFRJ perdeu seu rumo. Vamos resgatar a excelência da UFRJ”.

Denise de Carvalho

bém foi tocada pela professora. “Macaé precisa de uma residência universitária, precisa de restaurante universitário (RU), precisa de transporte. Aqui vamos fazer um projeto inovador do conceito da residência universitária, que não pode ser simplesmente um depósito de alunos, mas um lugar de convivência de alunos e professores. Estou me comprometendo com vocês hoje para construirmos esse projeto”. Ela informou que o projeto do RU em Macaé está em fase de licitação.

A professora falou ainda da necessidade de fortalecer a carreira dos técnicos-administrativos e de lutar por sua atualização, para que o segmento possa também mudar de nível, como acontece na carreira de professor federal. “Esse esforço político precisa ser feito nesta e em muitas outras áreas. Eu concordo com o professor Leher:

nossa autonomia está sendo so-lapada e precisamos agir para defendê-la”.

Busca por consensos

Denise de Carvalho (Chapa 30 – Somos Todos UFRJ) afirmou que seu programa está baseado no “respeito, diálogo e busca de consensos”. Ela fez críticas à atual gestão sobre a pouca quantidade de salas de aula e laboratórios em Macaé (apesar de o campus ter sido recentemente expandido). “Aqui faltam laboratórios e salas de aula. É preciso que aqui circule também a cultura. Vamos implantar um Fórum de Ciência e Cultura em Macaé”, propôs.

A docente elogiou em diversos momentos a parceria da UFRJ com a prefeitura local, afirmando que é frutífera e traz benefícios, sobretudo para a universidade. Denise defendeu a assistência estudantil para todos os estudantes, para que “não sejam reproduzidas na universidade as desigualdades” extramuros. A autonomia universitária e o funcionamento das bibliotecas da universidade 24 horas por dia também foram tópicos de enfática manifestação.

A professora declarou que há pouca transparência na UFRJ no que diz respeito aos contratos firmados entre a UFRJ e empresas terceirizadas. “É muito difícil avaliar. A questão da terceirização me parece fundamental de ser atacada. Precisamos ter autoconhecimento do orçamento, enxugar onde precisa, fazer contratos com as firmas de maneira correta”. Para Denise, é fundamental que a universidade resgate sua autoestima: “Trabalhamos para ter a mesma universidade que tivemos no passado. A UFRJ perdeu seu rumo. Vamos resgatar a excelência da UFRJ”.

Campanha em reta final

Apenas mais dois debates organizados pela Comissão de Coordenação do Processo Sucessório (CCPS) acontecem antes da consulta: um em 7 de abril, às 10h, no Auditório Rodolpho Paulo Rocco (Quinhentão); e outro no campus Xerém, também às 10h do dia 9 (no dia 13, organizado pelo IFCS e autorizado pela CCPS, haverá o último debate entre as chapas). As eleições ocorrem nos dias 14, 15 e 16. Caso nenhum dos candidatos alcance mais votos que o somatório dos outros dois, haverá segundo turno previsto para os dias 4, 5 e 6 de maio. Podem votar: os docentes e técnico-administrativos ativos do quadro de pessoal da UFRJ, aposentados contratados como colaboradores voluntários e professores eméritos; os estudantes dos cursos de graduação (presencial e à distância), de pós-graduação (stricto sensu) e de pós-graduação (lato sensu) – estes com carga mínima de 360 horas-aula e matrícula ativa; do CAp, com matrícula ativa e que tenham 16 anos completos até a data do primeiro turno.



Silvana Sá - 31/03/2015

Lotado. Comunidade universitária de Macaé se mobiliza para participar do debate

Nesta página (e nas seguintes), o **Jornal da Adufrj** divulga as respostas dos candidatos à reitoria da UFRJ em relação a três temas: autonomia universitária, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e Reuni. Para a próxima edição, que circulará na internet e nos campi ainda antes do primeiro turno da pesquisa eleitoral, serão propostas às chapas mais algumas perguntas.

O que pensa do projeto de Lei Orgânica das Universidades Federais, da Andifes?

Chapa 10

Angela Rocha/ Carlos Rangel

A autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, explicitada no artigo 207 da Constituição Federal, jamais foi aplicada na sua plenitude. O projeto de Lei Orgânica das Universidades Federais, da Andifes pretende “regulamentar” o exercício dessa autonomia. Nesse sentido, apresenta aspectos positivos e negativos. Dentre os positivos, destacamos o direito de escolha de seus dirigentes, de propor o seu próprio quadro de pessoal, de propor e administrar seu orçamento de forma global, incluindo remanejamento entre rubricas e, talvez o mais importante no projeto, modifica o art. 15 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 transformando a Procuradoria Jurídica da Universidade, hoje ligada à AGU, em uma Procuradoria jurídica própria.

Dentre os negativos, prevê uma dotação global para todas as universidades, a ser regulamentada na forma da lei, sem estabelecer vinculação, smj, a nenhum percentual sobre a arrecadação da União ou sobre o PIB, como foi feito, por exemplo, em relação às Universidades Paulistas. Além disso, cria o Conselho do Sistema de Universidades Públicas Federais, vinculado ao MEC, que, dentre outras atribuições, estabelecerá a forma de distribuição do orçamento global para cada Universidade, retornando à Matriz ANDIFES, que não nos é favorável o que, em meu entender, contrariamente ao que se pretende, torna a impor restrições e controle à autonomia universitária que pretende regulamentar.

Chapa 20

Roberto Leher/ Denise Nascimento

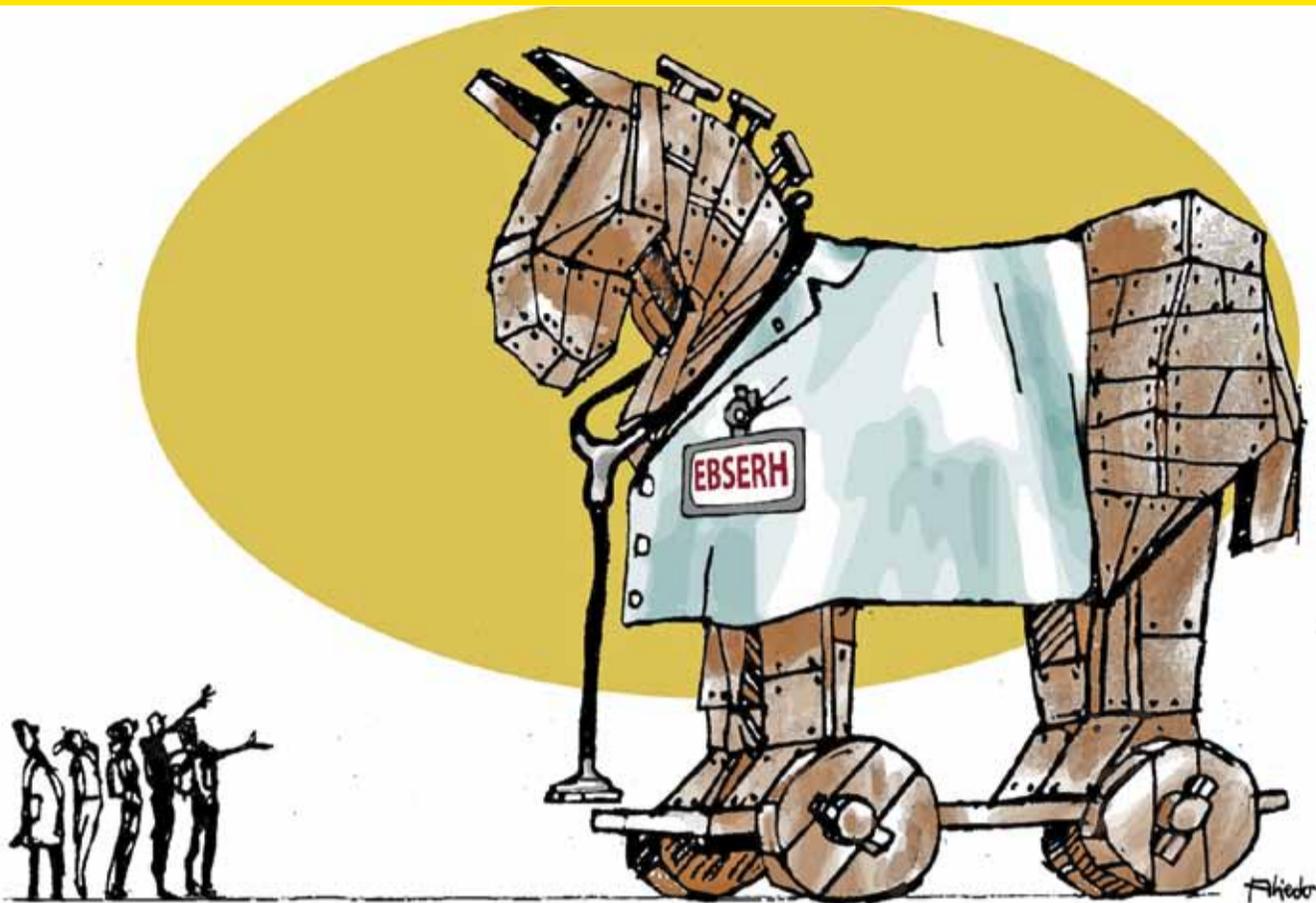
• Não será por meio de uma regulamentação, a menor, do texto constitucional, que resolveremos as amarras que tolhem a autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Ao tentar restringir o alcance da autonomia, objetivando a sua efetivação, o texto se volta contra a autonomia garantida pelo Art. 207 da Constituição. O projeto apaga o conceito de autarquia e sequer explicita se o ente “Universidade Pública Federal” é referenciado no direito público ou no direito privado, pois o referido ente não foi conceituado. É importante lembrar que o referido projeto foi elaborado no contexto de imensa pressão governamental em favor da EBSEH (e da regulação dos contratos e dos novos concursos pelo direito privado). O projeto de Lei Orgânica restringe a gratuidade constitucional à pós-graduação stricto sensu, institucionalizando o pagamento da latu sensu. O conceito de gestão financeira e de autonomia administrativa obedece ao léxico da gestão gerencialista estranha ao funcionamento da universidade. Somente no Art. 11 encontramos o seu núcleo racional: a proposição de “um regulamento próprio para licitações e contratos administrativos”. Concordamos e lutaremos por isso, mas fora dos marcos da desconstitucionalização do gozo da autonomia. Compreendemos que a ANDIFES não pode se converter em ente regulado pelo Estado, conforme o Art. 15, pois perderia a sua já insuficiente autonomia frente aos governos. Este projeto é uma resposta equivocada para um problema real e urgente: o gozo da autonomia.

Chapa 30

Denise de Carvalho/ Walter Suemitsu

• A proposta de uma Lei Orgânica das Universidades Federais foi encaminhada pela comissão de autonomia da ANDIFES em 2013. Destaca-se que o avanço acadêmico-administrativo das Universidades Públicas Federais depende do exercício pleno da autonomia, conforme preconizado no art. 207 da Constituição Federal. Neste anteprojeto, busca-se um modelo de gestão que garanta o caráter público e o planejamento adequado ao cumprimento das atividades universitárias. O conteúdo do anteprojeto refere-se aos princípios regentes da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades federais; à delimitação de abrangência da autonomia e à criação de um sistema de universidades públicas federais e de seu órgão colegiado coordenador, o Conselho do Sistema de Universidades Públicas Federais. No anteprojeto de Lei orgânica, as autarquias federais serão transformadas em um novo tipo de pessoa jurídica no âmbito da administração federal, a Universidade Pública Federal. Embora o anteprojeto de Lei represente um avanço, alguns pontos precisam ser revistos na proposta original. Dentre os mais importantes destaca-se a proposta de composição do Conselho do Sistema. Ressaltamos que esse Conselho terá a competência de elaborar a matriz de distribuição dos recursos de que trata o art. 20 da Lei. Portanto, como a representação no Conselho será feita por um membro de cada uma das regiões do país, distorções indesejáveis na distribuição dos recursos podem ocorrer.





Qual será seu posicionamento em relação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)?

Chapa 10

Angela Rocha/ Carlos Rangel

Entendemos os Hospitais Universitários como espaços de ensino, pesquisa e extensão indispensáveis e essenciais para a formação qualificada de nossos alunos da área de saúde. A contratualização para adesão à Ebserh não contempla esta função na sua totalidade e por isso não pode ser entendido como uma solução para a crise de recursos humanos e financeiros que afeta, não somente os hospitais universitários, mas a todo o sistema público de saúde. É necessário construir, em conjunto com as unidades acadêmicas hospitalares da UFRJ, um projeto que viabilize, tanto, recursos financeiros necessários à recuperação de sua infraestrutura física e à modernização de seus equipamentos, quanto a contratação de recursos humanos, indispensáveis ao seu pleno funcionamento, reafirmando nosso papel autônomo na definição e implantação dessas políticas. O modelo a ser construído deve realmente ser uma alternativa à política governamental para os hospitais que ora se pretende impor às Universidades Federais e que justificam a sua presença em uma universidade: os hospitais universitários não são e não podem ser entendidos somente como unidades assistenciais inseridas no sistema público de saúde. Embora este seja um importante papel de apoio e atendimento ao Sistema Único de Saúde, não podemos abrir mão de entendê-los também como unidades acadêmicas indispensáveis ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a formação de quadros de excelência na área da saúde.

Chapa 20

Roberto Leher/ Denise Nascimento

A Chapa 20 é a única que afirma, sem subterfúgios, que recusará a EBSEH pelo fato de que a cessão de pessoal, do patrimônio e dos recursos públicos próprios da universidade para uma empresa regulada pelo direito privado será nociva para os fins da universidade. Afirmamos, sem titubeios, que a empresa é uma falsa resposta aos problemas dos hospitais universitários, como, aliás, podemos acompanhar pela situação dos hospitais que foram constrangidos a contratualizar com a empresa: alguns deles já reduzem o número de leitos, acarretando graves crises nas atividades de formação acadêmica dos estudantes da área de saúde. Nossa proposta objetiva um trabalho finamente articulado com as direções das unidades hospitalares para superar os desafios de pessoal, de planejamento financeiro, de licitações, compras, almoxarifado e de infraestrutura para que possamos a curto prazo elevar o número de leitos, tornando, assim, os hospitais viáveis economicamente e incentivar uma maior participação das faculdades e escolas com a formação nos hospitais, aperfeiçoando os processos de preceptorial. É objetivo axial de nosso programa que os Hospitais da UFRJ possam seguir a sua tradição histórica de excelência acadêmica nos processos de formação da área da saúde e de cursos afins.

Chapa 30

Denise de Carvalho/ Walter Suemitsu

A EBSEH é uma empresa pública unipessoal com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao MEC e criada pela lei 12550/2011. Após ampla discussão interna, decidiu-se, em reunião do CONSUNI de 26 de setembro de 2013, pela adoção da proposta da PR4/UFRJ, que foi apresentada como alternativa à adesão à EBSEH. Essa proposta foi aprovada por unanimidade e a decisão retirou da pauta a possibilidade de aderirmos à EBSEH. Todos os conselheiros presentes apostaram na possibilidade de a reitoria ser capaz de resolver a situação dos contratos precários dos funcionários extraquadros pela sua reposição gradual por funcionários contratados pelo RJU. Após 18 meses, devemos analisar os impactos da proposta da reitoria sobre a gestão dos hospitais. Embora não haja transparência adequada nos dados disponíveis, a gestão de pessoal dos hospitais continua precária, pois não houve mudanças significativas no número de extraquadros. Seremos imparciais e instituiremos a análise imediata da real situação dos diferentes hospitais, o que será amplamente divulgado para a comunidade da UFRJ. O fato de não termos aderido à EBSEH nos torna expectadores privilegiados do impacto da adesão sobre a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito desses mais de 30 Hospitais Federais. Através do diálogo permanente, da transparência administrativa, do debate propositivo e do respeito às decisões colegiadas buscaremos a melhor solução para que nossa universidade deixe de sangrar.

As precárias condições de infraestrutura causam prejuízos ao ensino, pesquisa e extensão da universidade. Na sua opinião, o Reuni falhou na UFRJ?

Chapa 10

Angela Rocha/ Carlos Rangel

As condições de infraestrutura em nossa Universidade, precária em muitos setores, é o resultado de décadas de desinvestimento na educação pública em nosso país cuja solução, no contexto universitário, não pode ser esperada a partir da implantação de um único projeto. Mesmo prevendo destinação de recursos de capital consideráveis para as universidades, o que não acontecia, no montante destinado à UFRJ pelo REUNI, há décadas, estava longe de cobrir todas as nossas necessidades de investimento na graduação. Cumpre ressaltar ainda que o maior ganho de nossa universidade com a adesão ao REUNI foi a possibilidade de ampliação e renovação de nosso quadro docente, com a destinação de mais de 800 novas vagas para a nossa Universidade. Unidades como a Faculdade de Educação, por exemplo, cujo quadro docente era formado por maioria de professores substitutos, conta hoje com mais de 100 professores permanentes, a maioria absoluta de doutores DE. Vale ainda destacar que, por conta da adesão a este programa, garantimos o recebimento de mais de cento e vinte milhões em nosso orçamento anual de custeio. O que faltou, realmente, em nosso entender, foi ação propositiva. Nos últimos anos, a UFRJ, de certa forma, abdicou de seu papel de liderança acadêmica e política no âmbito nacional deixando de assumir o papel que lhe cabe na formulação e implantação de políticas governamentais e se restringiu, a reagir a programas e projetos que, de certa forma, lhes são impostos. É esse quadro que pretendemos reverter.

Chapa 20

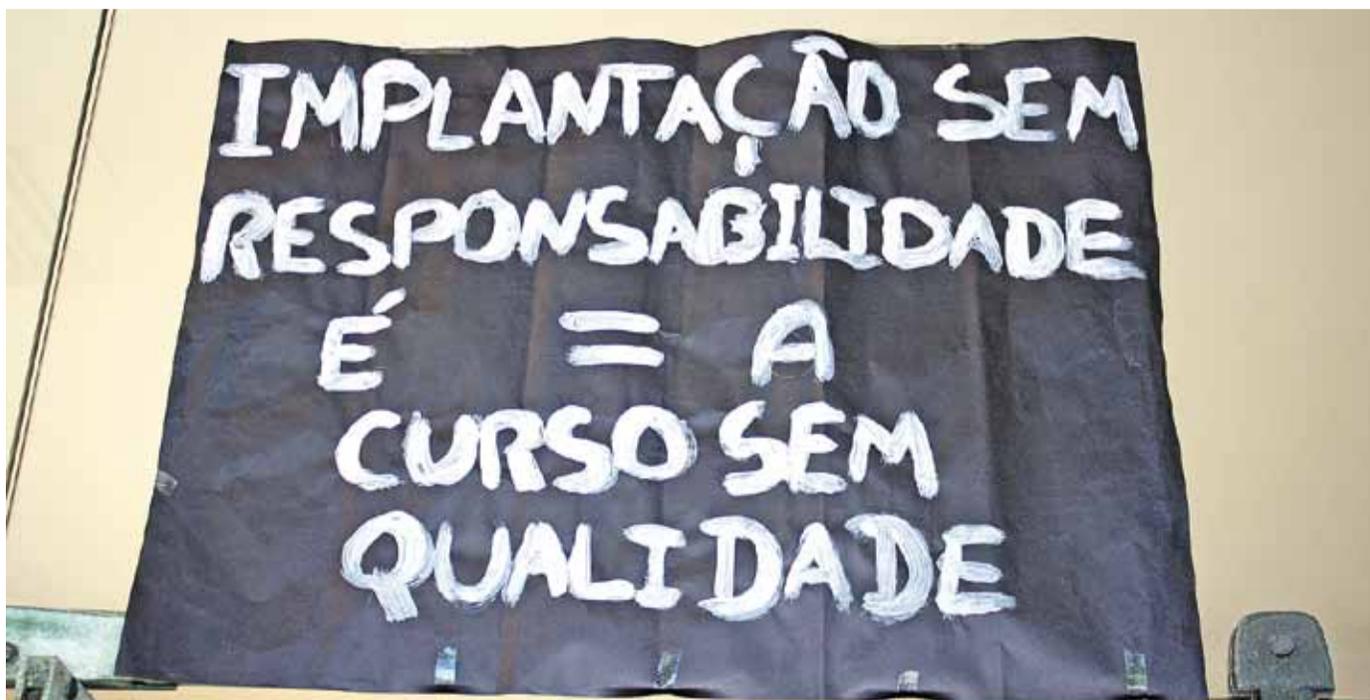
Roberto Leher/ Denise Nascimento

O REUNI foi assentado em pressupostos problemáticos, mas possuía um objetivo nobre e defendido pela comunidade universitária: a ampliação das vagas, matrículas e campi. Por isso, uma avaliação requer considerar os seus problemas de concepção e os seus efeitos contraditoriamente positivos. O que é positivo? A ampliação das matrículas e os concursos públicos para docentes e técnico-administrativos que, a despeito de terem sido muito abaixo das reais necessidades das instituições, contribuíram para renovar o corpo funcional. É emocionante ver as mudanças no perfil social de nossos estudantes. A principal crítica feita por nós em 2007 foi correta: tratava-se de uma ampliação referenciada no modelo de Bolonha que está destruindo as universidades do sul da Europa. Não havia previsão de recursos após 2012. Não havia previsão de recursos compatíveis com as novas necessidades de assistência estudantil. O planejamento da ampliação da infraestrutura não levou em conta que as universidades deveriam recompor sua capacidade de realizar projetos, licitações etc. Criticamos a crescente terceirização de atividades essenciais da universidade que maquiavam o aumento das verbas de custeio, a rigor, em grande parte para pagamento desta força de trabalho. Os pressupostos de que os docentes teriam que ampliar o número de estudantes por turma complicaram ainda mais a situação. Assim, temos docentes sem gabinetes de trabalho, aulas em instalações precárias, estudantes sem assistência estudantil. Lutaremos para corrigir esses problemas estruturais, objetivando assegurar que a expansão das matrículas seja, de fato, uma expansão universitária.

Chapa 30

Denise de Carvalho/ Walter Suemitsu

O Programa de Reestruturação e Expansão (PRE), amplamente criticado na UFRJ, foi aprovado na sessão do CONSUNI de 26 de outubro de 2007. Ao analisarmos a resolução 09/2007, percebe-se que algumas das ações previstas originalmente não foram executadas a contento pela UFRJ, principalmente: expansão e melhoria nos programas de moradia, alimentação, transporte e segurança; a garantia de qualificação crescente das atividades de ensino, pesquisa e extensão; reordenamento espacial das unidades acadêmicas; acessibilidade; ampliação da articulação entre ensino de graduação e a educação básica, com a valorização das licenciaturas; ações visando à diminuição da evasão e retenção; investimento na infraestrutura e nos acervos das bibliotecas, entre outros. Por outro lado, houve efetivo processo de democratização do acesso, expansão de vagas e criação de cursos novos. Os impactos positivos do Reuni foram a ampliação na oferta de vagas, as ações voltadas para a inclusão social e a perspectiva de diminuir as desigualdades socioeconômicas e culturais existentes no Brasil. Apesar de a UFRJ ter recebido vultoso aporte de recursos, assim como vagas de docentes e técnico-administrativos, a aplicação de tais recursos não produziu os resultados esperados, particularmente em relação à infraestrutura necessária ao crescimento com qualidade. A UFRJ falhou na condução do Reuni e precisa resgatar a sua capacidade acadêmico-administrativa, visando a retomada do seu protagonismo nacional e internacional.



UFRJ

Porta do constrangimento

Professor denuncia maus tratos de segurança com clientes na entrada da agência do Banco do Brasil no CCS

Gerente, por sua vez, desconhece falha de conduta

Elisa Monteiro*

elisamonteiro@adufrj.org.br

X, aluna da UFRJ (cujo nome está sendo preservado para evitar represálias), passou na agência do Banco do Brasil no Centro de Ciências da Saúde (CCS) para reabrir uma conta. Acabou vivenciando uma experiência inesperada de constrangimento e abuso por parte de um segurança: “Quando apitou na primeira vez, ele disse ao outro: — Segura que tem coisa aí! Já na quinta vez, perguntei como acontecia aquilo se só tinha folhas comigo e ele ironizou: - Se forem metálicas... Acabei chorando, queria correr dali”.

X. acabou preferindo deixar a bolsa no automóvel para entrar na agência apenas com a carteira em mãos. “Na volta do carro, vi uma senhora com duas bolsas enormes que, apesar do apito da porta, teve a entrada liberada na hora. Eu fiquei vinte minutos tentando. Fiquei pensando por que aquilo aconteceu exatamente comigo”, contou.

A cena indignou o professor Luis Alfredo Vidal de Carvalho, da Faculdade de Medicina, que aguardava na fila de entrada junto a outros clientes. “Uma senhora brincou que, daquele jeito, a coitada da garota acabaria tendo que se despir para conseguir passar. De imediato, o segurança retrucou que aquilo era até uma boa ideia. Nessa hora, resolvi intervir”, observou. O professor relatou que questionou o procedimento e obteve, como respos-



Filipe Galvão - 02/04/2015

Docente já recolheu depoimentos semelhantes ao caso da aluna de mais 11 pessoas, nesta agência

ta, mais deboche. Ao avisar que passaria a registrar com celular a conduta do segurança e que chamaria a polícia, por exemplo, ouviu um “de que ângulo meu rosto fica melhor?”, seguido de: “Pode chamar, não vai dar em nada mesmo”.

Queixa foi registrada no 17º BPM

A estudante e o professor se dirigiram à gerência, mas afirmaram não ter recebido a devida atenção. Depois, ambos registraram queixa por “constrangimento ilegal” e “abuso de poder” no 17º BPM, na Ilha do Governador. E mais: resolveram mobilizar a comunidade em torno do tema. Segundo Luis Alfredo, uma carta sobre o ocorrido foi entregue à Ouvidoria da UFRJ e à reitoria.

Com a circulação da informação nas redes da instituição, o professor e a estudante receberam onze depoimentos sobre situações semelhantes na mesma agência. Detalhe: dez deles de mulheres; sendo nove alunas e uma professora. “Inicialmente, apresentamos queixa por abuso e constrangimento, mas suspeitamos agora de assédio”, explicou Luis: “Temos Banco do Brasil na Letras, no CT e no CCMN. Por que só há reclamações em relação ao CCS?”.

“E vários relatos dizem que, depois de uma abordagem humilhante e agressiva, na qual as mulheres chegavam a chorar, o segurança vinha fazer uma aproximação física com uma conversinha mole”.

Luis Alfredo afirmou frequentar a agência há anos e já

ter testemunhado diversas situações de procedimentos que lhe pareceram inadequados, especialmente com estudantes. “Eles sempre são abordados em função das mochilas”.

Banco diz que vai averiguar reclamação

Em resposta à universidade (documento ao qual a reportagem teve acesso), o Banco do Brasil comunicou por e-mail que, “na qualidade de instituição financeira”, seria regido por “normatismos e determinações, principalmente do Departamento de Polícia Federal”, sendo a porta detectora de metal um dos itens de segurança mínimos obrigatórios. Gerente geral do Banco, Edson Vanderlei Ody argumentou que “os clientes são orientados a depositar seus ob-

jetos (massas metálicas) na caixa, para que possam passar pela porta detectora de metais, procedimento este que foi seguido pelo referido cliente, bem como pela estudante por ele citada e, após não haver mais travamentos automáticos da porta pela ausência de massas metálicas, ambos adentraram a agência conforme pode ser confirmado pelo relato do próprio cliente”.

Por fim, o gerente afirmou desconhecer “alguma falha de conduta neste procedimento”, mas se comprometeu a verificar a reclamação formalizada presencialmente pelo professor Luis Alfredo. “Estamos verificando administrativamente tal questionamento e nos colocamos à disposição para maiores e quaisquer esclarecimentos”.

*colaborou Filipe Galvão

Adufrj e a história

O movimento de resistência à ditadura se ampliava quando a Associação dos Docentes da UFRJ nasceu, em 1979.

De lá até aqui, muita história foi escrita no país de contradições profundas.

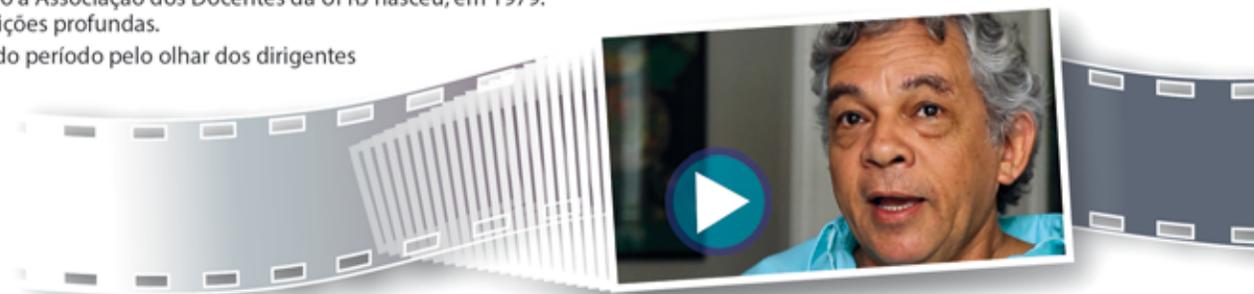
A série **Depoimentos** registra a visão dos fatos históricos do período pelo olhar dos dirigentes dos diversos mandatos da Adufrj.*

TV ADUFRJ

Série

DEPOIMENTOS

35 anos de história



O programa é exibido no **site da Adufrj**, no nosso canal no **Youtube** e nos perfis da **Seção Sindical nas redes sociais**. Na terça-feira, dia **7, Tomaz Pinheiro**.

*Hoje chamada Adufrj-SSind, seção sindical dos docentes

UFRJ

Empresa não cumpre acordo do Consuni de 5 de março

Funcionários da Qualitécnica ainda não receberam reposição dos dias descontados indevidamente. Valores de auxílio ao transporte e à alimentação de fevereiro foram depositados parcialmente ou estão atrasados

“A gente sequer conhece nossos patrões”, reclama terceirizada

Samantha Su
Estagiária e Redação

Os terceirizados continuam pagando pela crise. A Qualitécnica, empresa que presta serviços de limpeza à UFRJ, ainda não cumpriu o acordo — firmado no Conselho Universitário de 5 de março — para repor os dez dias descontados na folha dos funcionários (sem salários, eles não podiam se deslocar para os postos de trabalho).

Também na mesma reunião, ficou acertado que não haveria punições aos funcionários que participaram das manifestações pelos pagamentos. E também este item não estaria sendo seguido pela empresa, que efetuou transferências não solicitadas pelos empregados, para outros setores.

Para piorar o quadro, segundo Terezinha da Costa, funcionária da limpeza, os trabalhadores têm sido orientados a não preencher os horários da folha de ponto, apenas assinarem. “Eu não entendo como a UFRJ pode estar ciente da forma como estamos trabalhando e continua renovando esses contratos. Hoje dói mais porque eu



Marco Fernandes - 05/03/2015

Terceirizados realizaram protesto no Conselho Universitário do dia 5 de março

tenho conhecimento dos meus direitos e não consigo cobrá-los. A gente sequer conhece nossos patrões. Quem fala com eles é o reitor e a pró-reitora (de Governança)”, contou. Hoje, o vale-alimentação está atrasado e o auxílio-transporte, no valor de R\$ 122, tem sido depositado parcialmente: “Alguns receberam R\$ 90, outros R\$ 85, nenhum integral”, completou.

Solidariedade

Na tentativa de melhorar as condições de vida, a solução é a

solidariedade: os trabalhadores recolhem doações de alimento e fraldas descartáveis no bloco E do Centro de Tecnologia, no Fundão: “Eu tenho como me manter, mas muita gente foi despejada, está passando dificuldade. Sempre tivemos problemas com atrasos, mas eram mais pontuais. Hoje virou uma bola de neve. Nessa Páscoa muita gente não vai ter sequer caixinha de bombom, porque ovo de chocolate para nós já é luxo”, explicou Terezinha.

Os atrasos sucessivos nos pa-

gamentos geraram dívidas acumuladas para os servidores. E já repercutem na saúde deles: “Já tem gente tomando remédio. Os danos que eles nos fizeram não serão solucionados apenas com a regularização dos repasses. A gente é pobre e vive de fé e cartão de crédito. É muito triste. Se antes eu tinha receio de falar, hoje não tenho mais, porque se eles chegaram ao ponto de deixar de pagar a nossa alimentação e o nosso transporte para vir trabalhar, eu não sei mais o que pode acontecer,” desabafou.

“
Eu tenho como me manter, mas muita gente foi despejada, está passando dificuldade. Sempre tivemos problemas com atrasos, mas eram mais pontuais. Hoje virou uma bola de neve

”

Terezinha da Costa
Funcionária da limpeza

Crise na Superest ainda não foi superada

Setor ainda não foi transferido para novas instalações

Samantha Su
Estagiária e Redação

Em outubro do ano passado, funcionários da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (Superest) realizaram uma paralisação de algumas semanas para chamar atenção para seus problemas: falta de pessoal e de infraestrutura física, entre outros, para atender milhares de estudantes. Com uma promessa de melhoria

das condições de trabalho e de contratação de novos servidores, feita pelo reitor Carlos Levi, retomaram as atividades no fim do ano passado. Porém, a realidade é que pouco mudou de lá para cá.

A transferência do órgão, que hoje funciona em uma saleta no prédio da reitoria, para contêineres mais espaçosos ao lado da sede do Sintufrj deveria ter acontecido até fevereiro. Os módulos já foram posicionados, mas, sem rede de informática, a mudança foi prorrogada para o final de abril. Enquanto isso, por exemplo, o atendimento psicológico a alunos ocorre



Samantha Su - 04/12/2014

Marilurde Donato

nos jardins da administração central, sem privacidade ou estrutura para as

sessões.

Além disso, a Divisão de Saúde da Superest (Disae), que trabalha com quase 1,5 mil alunos, possui apenas quatro profissionais atuantes: “Abriu um novo concurso e entrou uma assistente social para a Superest, mas ainda assim falta pessoal. Sem condições de trabalho, este ano já perdemos (SuperEst) oito funcionários”, contou a diretora da Disae, Marilurde Donato.

Em março de 2015, o Superintendente Geral de Políticas Estudantis, Ericksson Almendra, deixou o cargo. Foi substituído pelo professor Helio Mattos, da Faculdade de Farmácia.

Cartazes agressivos

Na quarta semana de março, cartazes espalhados pela universidade — e, em especial, na entrada da própria SuperEst — criticaram uma suposta negligência do órgão quanto à Residência Estudantil. A superintendência foi chamada de “omissa” e “criminoso”.

Segundo a professora Donato, os alunos da residência são os mais prejudicados e vivem em condições de insalubridade e precariedade, mas o trabalho da SuperEst não pode ser qualificado desta maneira: “A minha relação com eles é boa e nós, enquanto profissionais, nos esforçamos o máximo possível. Não me sinto representada pelos adjetivos, como omisa e criminoso, dos cartazes. A nossa capacidade de trabalho é insuficiente para a quantidade de alunos que chegam aqui,” afirmou Marilurde.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Alerta contra o retrocesso

Em Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN, debatedores mostram receio com a onda conservadora no país, principalmente após os cartazes e faixas exibidos nas manifestações de 15 de março

Evento do Sindicato ocorreu entre 31 de março e 1º de abril

Elisa Monteiro

Enviada especial a Porto Alegre (RS)

A preocupação com a apologia explícita da ditadura, nas manifestações de 15 de março, atravessou todas as intervenções do debate “Os movimentos em luta por memória e justiça”. A atividade aconteceu no primeiro dia do Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN, em Porto Alegre (RS). Simbolicamente, o evento foi realizado entre 31 de março (data de início do golpe de 1964) e 1º de abril.

Maria Bernadette de Moraes, do Conselho Federal de Serviço Social (CFSS), por exemplo, opinou sobre a exposição de cartazes que pediam “intervenção militar já”, nos protestos de várias cidades: “O perigo de retrocesso é visível. Mais do que nunca é preciso unidade dos que resgatam a memória para que tais fatos não voltem”, afirmou.

Para outros debatedores, porém, o problema é que o autoritarismo da ditadura ainda não foi totalmente dissipado. Na Unesp, o trabalho da Rede de Comissões da Verdade Universitárias coincidiu com um déjà vu de autocracia, durante a greve de 120 dias das estaduais paulistas em 2014. Segundo Fábio Kocade, docente de Sociologia no campus Marília, “durante esse processo, as reitorias usaram todos os recursos de repressão provenientes da ditadura. Até mesmo um regimento da época”. De acordo com ele, dezenas de estudantes responderam a processos de suspensão e expulsão por participarem de atos em favor da assistência estudantil. “Professores e técnicos-administrativos também enfrentam processos administrativos”, completou.

Segundo Fábio, a universidade hoje vive a tensão entre as atividades de ensino e extensão, “relegadas ao segundo plano”, e “o peso desproporcional da produção científica vinculada diretamente a interesses econômicos, sobretudo, do agronegócio”.

Ditadura das grandes empresas

Justa Helena Franco, presidenta do Sindicato dos Servidores de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN/Fiocruz), por sua vez, avaliou os parâmetros democráticos da atualidade. “Ditadura de



Fotos: Elisa Monteiro - 31/03/2015

Legado. Entidades consideram herança do golpe de 1964 a repressão exercida sobre estudantes, trabalhadores e minorias

mercado” foi como classificou um momento em que “o acesso às informações vitais é impedido” pelo lobby de corporações de grande porte, como a indústria de alimentos: ela citou o projeto de lei 4.148 (em tramitação no Congresso Nacional), que tira a obrigatoriedade de a embalagem do produto informar se nele existem ingredientes transgênicos. “Por pressão de empresas estrangeiras, perdemos a liberdade de saber o que estamos usando (consumindo)”, criticou.

Ligações perigosas

As análises expuseram, ainda, a ligação íntima da ditadura de 1964 com grupos econômicos de grande porte. “As mesmas empreiteiras que vemos na (Operação) Lava Jato nasceram desse período e foram unha e carne com o regime militar”, advertiu Luiz Carlos Prates,

o Mancha, dirigente da CSP-Conlutas. “Até hoje, nenhuma foi punida pelas violações que cometeram. E as poucas reparações realizadas só foram pagas pelo Estado. Queremos a responsabilização dessas empresas, inclusive participando de um fundo para reparações”.

Amanda Hornhardt, da Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (Sindmetal), expôs o submundo da colaboração entre montadoras como a General Motors, Ford e Wolks e a repressão, no Vale da Paraíba. A pesquisa do sindicato, que começou com documentos pessoais, alcançou acervos diversos, do Arquivo Nacional aos registros de Recursos Humanos das empresas. “Até bilhete de agradecimento à polícia por ação violenta contra os trabalhadores nós encontramos”.

Práticas como infiltrações, demissões e perseguições, segundo Amanda, estão documentadas pelo sindicato. “Muitas vezes, os operários eram demitidos imediatamente após as greves. E quando eles procuravam emprego em outro local, o RH (departamento de Recursos Humanos) das empresas consultava na data da demissão se tinha sido por atividade política. Quer dizer, a punição se estendia além da demissão, porque muitos não conseguiram mais emprego na região e tiveram que se mudar”.

Massacre do povo indígena

Egon Heck, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), lembrou que, de acordo com relatório da Comissão da Verdade instituída pelo governo federal, pelo menos 8.350 indígenas foram assassinados

entre 1964 e 1985. E o número pode estar subdimensionado. “O extermínio dessas culturas é uma obsessão das nossas elites econômicas e políticas que não conseguem perceber a importância da pluralidade”, disparou.

■ Nas próximas edições, serão divulgadas mais notícias sobre o Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN. O encontro é o ponto culminante de uma série de eventos regionais, em todo o país (uma etapa ocorreu no Rio em novembro do ano passado, conforme relatado nas edições 870 e 871 do **Jornal da Adufrj**), organizados pela entidade, e que procuram dar conta do debate sobre a necessidade de resgatar fatos e efeitos relacionados ao período ditatorial junto à universidade, mas também a relação desses com outros segmentos da sociedade.

Andes-SN enfatiza luta por Justiça

Na abertura do Seminário Nacional da Comissão da Verdade, o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, sublinhou a importância do esforço das entidades e dos movimentos sociais para recuperação da Memória e Verdade sobre as ditaduras militares-empresariais no Brasil e na América Latina. O dirigente destacou, contudo, a luta por Justiça: “Não vamos à História apenas para conhecer, mas para pensar como agir diante do futuro”, afirmou Rizzo. “O significa-

do deste trabalho, que está muito além do Andes-SN, também está na apuração e na responsabilização dos crimes ocorridos. A Lei de Anistia não contempla assassinatos nem tortura, pelo contrário”, completou.

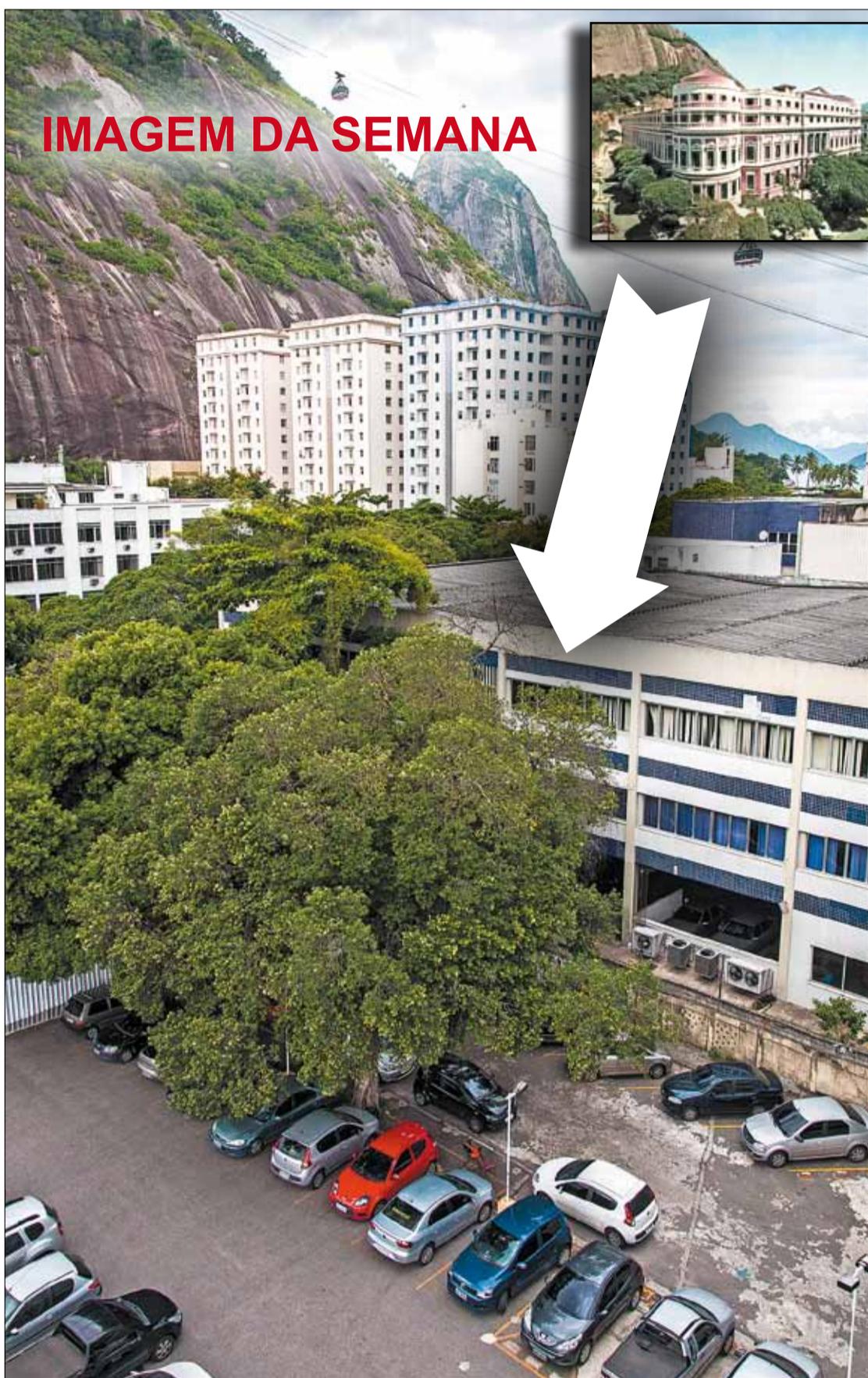
Como legado do autoritarismo no presente, o presidente do Andes-SN citou a edição sistemática de Medidas Provisórias, a manutenção de estruturas de controle e repressão como as polícias militares e a criminalização das lutas dos trabalhadores.



Mobilização visa à responsabilização dos crimes de Estado

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

IMAGEM DA SEMANA



Fotos: Marco Fernandes - 31/03/2015 e 01/04/2015



Newton Leão



Diana Maul



Carlos Fayal

Memórias do 'massacre'

Numa fria madrugada de setembro de 1966, a polícia invadiu a Faculdade Nacional de Medicina (FNM) ocupada por estudantes. A ditadura recém-iniciada (1964) no Brasil punha suas garras sobre a UFRJ. Foi a primeira invasão de um território universitário do país no período, prenúncio de dias mais sombrios que viriam por quase duas décadas. O *Massacre da Praia Vermelha*, como ficou conhecido o episódio, virou marco da resistência do movimento estudantil ao regime militar, que iria se radicalizar nos dois anos seguintes, com passeatas, confrontos e insurgências nas ruas.

A efervescência política, como se sabe, foi interrompida em dezembro de 1968, com o AI-5, o ato institucional que liberou de vez a ditadura empresarial-militar para implantar o terror de Estado. Antes de encerrar o seu governo em 1975, o general Médici mandou pôr abaixo o prédio da FNM. Era necessário, para o regime, reduzir a ruínas a memória da resistência. O prédio da Medicina se transformara em símbolo de enfrentamento à violência ditatorial.

A professora Diana Maul, estudante da FNM à época da invasão e hoje professora da UFRJ, relatou que o prédio havia sido construído em 1918 e, em 1940, sofreu alterações arquitetônicas que provocaram polêmicas. "Foi o único prédio próprio que a Faculdade de Medicina teve em 200 anos de história, até hoje",

disse. Onde existia a faculdade, na Urca, **hoje é um terreno ocupado por estacionamento** (foto - no detalhe, imagem do prédio extinto). Uma parte do terreno, segundo a professora, foi ocupada pelos militares que lá instalaram a Escola de Guerra Naval. Outra pequena parte sobreviveu como espaço universitário.

Na terça-feira, 31 de março, fatídica data que lembra o golpe militar (embora ele tenha acontecido no 1º de Abril, o dia da mentira), a Comissão da Memória e Verdade da UFRJ realizou sessão especial no auditório Paulo Freire, da UniRio – na frente desta instituição, fica o estacionamento antes ocupado pelo prédio da FNM. Para essa sessão, presidida pela professora Diana Maul, a comissão convidou o dentista Carlos Fayal e o engenheiro Newton Leão. Os dois eram secundaristas à época e ativistas estudantis. Militantes, conseguiram ter acesso à ocupação dos estudantes na FNM e foram testemunhas das atrocidades cometidas pela polícia durante a invasão. Fayal e Newton lembraram o que viram para plateia atenta e emocionada.

Uma exposição com imagens do *Massacre da Praia Vermelha* está sendo organizada para percorrer centros e unidades da UFRJ.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



JORNADA DE LUTAS NA UFRJ

DEBATE

“Nem 26%, nem 27% - salário e carreira da Pátria Educadora”

Dia 8 de abril (quarta-feira), às 14h

Local: Auditório E1 da Faculdade de Letras

Debatedores:

Ana Luisa Palmisciano (advogada da Adufrj-SSind),

Cláudio Ribeiro (presidente da Adufrj-SSind)

Luciana Boiteux (1ª vice-presidente da Adufrj-SSind)

DEBATE

“O futuro terceirizado: Funpresp”

Dia 9 de abril (quinta-feira)

Tenda no campus da Praia Vermelha, às 16h

Debatedores:

Sara Granemann e Cleusa Santos

(professoras da Escola de Serviço Social)

Botos invadem o Fundão

Reza a lenda que a vida já foi possível na Baía de Guanabara. Tão possível que já foi morada de um ilustre primo dos golfinhos: o boto. O animal, hoje uma espécie de monstro do Lago Ness de tão raro no local, é o mote das esculturas em fibra de vidro que ocupam a Ilha do Fundão desde o último dia 28. A exposição Memórias do Boto, parceria entre Escola de Belas Artes e o Parque Tecnológico, faz parte do calendário oficial de comemoração dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro. Quarenta e cinco imagens do simpático bichinho servem como suporte para contar a história do Rio de Janeiro e seus habitantes. A exposição vai até 30 de maio. Um livro com o registro da feitura das esculturas será lançado no aniversário de 199 anos da EBA, no próximo dia 12 de junho. (Filipe Galvão)

Fotos: Filipe Galvão - 01/04/2014

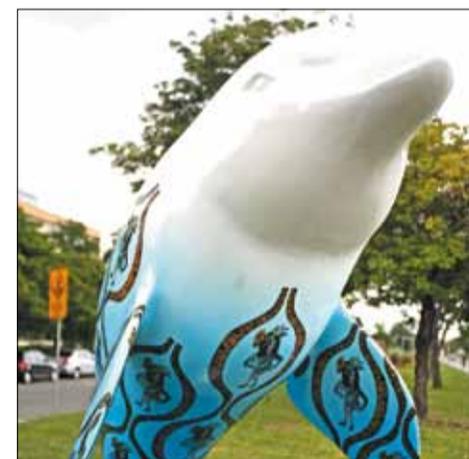


Obra: **1964-1985**.
Artista: **Lícius Bossolan**.
Localização: **Travessia Ed. Física/CCS**



Obra: **“Eu sou o samba, sou natural do Rio de Janeiro...”**.
Artistas: **Lícia Lacerda/ Andréa Vieira**. Localização: **Estacionamento da Reitoria**

Obra: **As Filhas do Boto**. Artista: **Rosa Magalhães**.
Localização: **Canteiro Central da Av. Pedro Calmon (lado Reitoria)**



Obra: **Eu não sou um golfinho**. Artista: **Rafael Amorim**.
Localização: **Residência Universitária**